

**LABORATÓRIO DE APOIO À PESQUISA HISTÓRICA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA –
LAPHIA/UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**

Ailton José Morelli*

Verônica Regina Muller**

Resumo: O Laboratório de Apoio à Pesquisa Histórica da Infância e da Adolescência foi criado no final do ano de 2003 na Universidade Estadual de Maringá com o objetivo principal de sistematizar informações referentes a acervos (públicos e privados) de instituições governamentais e não governamentais que atuam diretamente com a infância e a adolescência (com exceção da educação formal) ou que contribuam para as pesquisas da história da criança e do adolescente, principalmente na região de Maringá. Uma de suas linhas está voltada para as fontes orais, tanto produzindo como buscando acesso e informações de acervos existentes. Outra linha é o tratamento documental com dois fundos que estão sob nossa guarda: 1) Instituto Brasileiro do Café (IBC/GERCA) e 2) Fundação do Desenvolvimento Social de Maringá.

Palavras-chave: infância, fontes, acervo

Abstract: The Laboratory of Support to the Historical Research of the Childhood and Adolescence was created in the end of the year of 2003 in the State University of Maringá with the main objective of systematizing information referring to holdings (publics and private) of government institutions and no government, that act directly with the childhood and adolescence (except for the formal education) or that contribute to the researches of the child's and adolescent's history, mainly in the area of Maringá. One of their lines is pointed to the oral sources, either producing or looking for access and information of existent collections. Another line is the documental treatment with two fonds that are under our guard: 1) Brazilian institute of Coffee (IBC/GERCA) and 2) Foundation of the Social Development of Maringá.

Key words: childhood, sources, holdings

Os estudos historiográficos que enfocam a infância, a adolescência e a juventude como objetos principais cresceram nos últimos anos. Na década de 1980 os trabalhos começavam a ganhar espaço, apesar de ainda não serem temas totalmente consolidados. A temática continuou sendo mais trabalhada por outras áreas, como a psicologia, a saúde e o serviço social.

Essa produção foi originada principalmente entre profissionais com atuação direta de intervenção na área, especialmente, o serviço social, a saúde e o direito, e apresentou a tendência de voltar-se aos problemas relacionados às características do atendimento e da clientela sob diversos ângulos. Assim, encontramos trabalhos sobre os internatos enfocando as

relações internas, as influências da internação, as visões dos internos, dos agentes da instituição, os discursos oficiais¹, bem como as relações das pessoas de fora das instituições com os internos, como os professores de escolas que atendiam essas crianças² e a reintegração dos internados na comunidade³. De forma geral, sobre as políticas sociais que orientam os atendimentos nessa área, a produção apesar de menor, também é expressiva, principalmente as que analisaram as ações governamentais enquanto formas de controle e de violência sobre as crianças e adolescentes. Esses trabalhos foram voltaram-se especialmente para análises sobre a formação e desenvolvimento da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) e de suas representantes estaduais, as FEBEM's⁴.

Nesse período, as pesquisas sobre o “menor” alcançaram um volume significativo, recebendo mais atenção das ciências sociais, com certa ênfase para pesquisas quantitativas que, além de serem mais freqüentes, ainda possuíam maior divulgação.⁵ Para se ter uma idéia da amplitude dessa produção, em *Levantamento bibliográfico da produção científica sobre a infância pobre no Brasil*, de Irene Rizzini⁶, foram arrolados 606 títulos, incluindo, além da produção acadêmica (209 títulos), produções jurídicas, oficiais, jornalísticas, literárias e eclesiásticas. No levantamento produzido pelo Núcleo de Estudos da Violência (USP) em 1991, *A criança menorizada: banco de referências bibliográficas*, são arrolados mais de 200 títulos

Na historiografia brasileira percebe-se uma trajetória um pouco diferente. Não estando diretamente envolvidos com o atendimento à criança e ao adolescente, os historiadores voltaram-se para esta questão pelo interesse na análise das organizações familiares. É necessário ressaltarmos alguns trabalhos clássicos como os de Gilberto Freyre, Oliveira Viana, Alcântara Machado, entre outros, que possuem reconhecida importância para os estudos sobre a família brasileira, nos quais aparecem referências aos filhos⁷. A criança recebe diversos adjetivos em virtude da família a que pertence, inclusive, a própria diferenciação entre criança e menor – criança para filhos de família abastada e menor para crianças de famílias possuidoras de pouco poder aquisitivo e moradores de zonas periféricas. Com o desenvolvimento de pesquisas nesse campo, principalmente pela defesa da importância de estudos da família, da mulher e da relação adulto/criança para a compreensão das organizações sociais, a criança passou a receber maior atenção em pesquisas mais recentes.

Na linha da assistência social, o trabalho de Laima Mesgravis⁸ foi inovador e referencial para diversos trabalhos posteriores. Enfrentando uma temática ainda estranha para a época e buscando uma discussão histórica para a assistência no Brasil, analisou uma das principais instituições assistenciais: a Santa Casa de Misericórdia. Mesmo não possuindo a criança e o adolescente como enfoque principal, o assunto é tratado amplamente.

Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura⁹ aborda outro tema bastante distinto mas relacionado com a questão da pobreza e da exploração econômica e social, como a situação das mulheres e dos “menores” no trabalho industrial em São Paulo, entre 1890 e 1920. É um projeto pioneiro, tanto na questão da exploração da mão de obra infantil quanto no enfoque da

exploração da mão de obra feminina, e discussão sobre grande a influência da mulher no mundo do trabalho.

A criança e o adolescente em situação de abandono, de exploração e exclusão, ainda representa a maioria das pesquisas nessas últimas décadas. Podemos verificar essa tendência na maioria dos artigos da Revista Brasileira de História¹⁰ e nas obras organizadas por Mary Del Priore¹¹, destinadas ao estudo da infância. O livro *História Social da Infância no Brasil*, produzido pelo Núcleo de Estudos Avançados da Universidade São Francisco¹², e *Crianças e adolescentes: a arte de sobreviver*, entre outras produções do Programa Multidisciplinar de Estudos Pesquisa e Defesa das Crianças e dos Adolescentes da Universidade Estadual de Maringá¹³, são exemplos de projetos desenvolvidos nos núcleos e grupos de pesquisa universitários. Como podemos verificar, grande parte da produção historiográfica que enfoca a criança e o adolescente permanece mais próxima da produção inicial.

A questão do trabalho, da educação e das brincadeiras tem chamado a atenção de vários pesquisadores, recentemente. O estudo de história da educação cresceu muito nos últimos anos e o enfoque da criança na escola abre uma nova perspectiva para o desenvolvimento dessa temática.¹⁴ A consolidação da sociologia da infância também tem proporcionado novas questões, principalmente quanto a pensar uma cultura da infância e a produção historiográfica a partir das crianças e dos adolescentes.

Manuel Sarmiento e Manuel Pinto, analisando os encaminhamentos da área, em Portugal, apresentam uma tendência mais ampla:

(...) no campo investigativo, o estudo das crianças, a partir da década de 90, ultrapassou os tradicionais limites da investigação confinada aos campos médico, da psicologia ou da pedagogia, para considerar o fenômeno social da infância, concebida como uma categoria social autônoma, analisável nas suas relações com a ação e a estrutura social.¹⁵

No Brasil, esse processo ainda exige muitos investimentos, debates, pesquisas, estruturação de cursos de pós-graduação, enfim, um grande movimento na consolidação desse campo de estudo. Diferente de Portugal, a História da infância na historiografia brasileira vem por outro caminho. Além das obras indicadas, ganhou força com o desenvolvimento da história demográfica e os estudos da família brasileira.¹⁶ Posteriormente, os pesquisadores da história social foram reconhecendo nos temas da família, da mulher e da criança um campo fértil e importantíssimo para a compreensão da sociedade brasileira:

A riqueza e ineditismo das fontes primárias, associados à pluralidade de assuntos que o tema aborda (mulher, criança, sexualidade etc.) colocaram definitivamente a História da Família no Brasil, na década de 80, como um ramo específico de

conhecimento e pesquisa (...) ¹⁷

A criança, a mulher e a família têm recebido análises específicas, constituindo grupos próprios de pesquisa. E conseguir as fontes apropriadas para o aprofundamento dessas reflexões é uma preocupação básica e constante, principalmente como temáticas em seu início.

Coordenar o Núcleo de Estudos Avançados em História Social da Infância tem exigido esforços contínuos no sentido de "mapear" a produção acadêmica a respeito do tema. Para além desse "mapeamento" um outro empenho sobreleva-se, qual seja, o de organizar com rigorosos critérios arquivísticos fontes primárias para o estudo multidisciplinar da história da infância no Brasil.¹⁸

A preocupação com fontes tem crescido na área. A necessidade de material que permita pesquisa sobre temas não muito valorizados anteriormente é um grande obstáculo. A demografia histórica conseguiu material nas investidas pelos chamados documentos oficiais de cartórios, por exemplo. Outro campo que precisa de investimento são os arquivos escolares, pois além de necessitarem de resgates rápidos, sua organização e, portanto, preservação, ainda é uma questão em aberto¹⁹, além da problemática que envolve os documentos nas cidades fora dos grandes centros, onde o problema de preservação e acesso é muito grave.

Um documento queimado, deteriorado por umidade ou por falta de instalações apropriadas pode representar, além de grandes dificuldades para o historiador, mais uma lacuna de nossa História. Afinal, as dificuldades e problemas da organização de arquivos no Brasil, relacionados a um descaso e falta de conhecimento de sua importância, fazem parte de nossa realidade, tornando-se, entre outros problemas, uma desgraça para o pesquisador.

Na análise de Célia Camargo, percebemos uma das soluções encontradas nas últimas décadas:

A solução encontrada foi criar, na universidade, centros especializados na preservação e organização dessas fontes, trazendo para perto do pesquisador o material necessário ao desenvolvimento de suas pesquisas. Dessa forma, resolvia-se o problema do acesso às fontes e, ao mesmo tempo, envolvia-se a universidade na tarefa premente de participar dos esforços de preservação da memória, nacional ou regional, conforme o caso.²⁰

As universidades desenvolvem atividades nas cidades buscando essa organização nos próprios organismos governamentais ou assumem a guarda dos documentos. Esta prática, comum nos grandes centros, ocorreu e ocorre em várias universidades que se encontram nas

idades do interior, como na Universidade Estadual de Maringá, com a criação em 1986 do Centro Paranaense de Documentação e Pesquisa (CPDP).

O desenvolvimento de pesquisas voltadas para regiões fora dos grandes centros – os quais possuem destaque dentro de nossa historiografia - vem proporcionando, entre outros avanços, o levantamento e organização de fontes antes fadadas a perecer por estarem depositadas em locais inadequados. É possível dizer que ainda hoje, em praticamente todos os municípios brasileiros, encontramos documentos públicos nessa situação, aguardando uma solução ou por não se atribuir a eles qualquer importância; não sendo incomum encontrar essa massa documental enquanto “arquivo morto” em porões, subsolos, garagens ou barracões por longo tempo.

Poderíamos discutir o motivo desse descaso quase geral com os documentos e elencar vários fatores que contribuem com esta situação desde a ocupação de nossas terras pelos europeus. Mas o que mais nos preocupa é que em nossa sociedade, praticamente em nenhum momento de nossa juventude, considerando uma passagem de no mínimo oito anos na escola, vimos que esses “documentos velhos”, que vão para o “arquivo morto”, possuem alguma importância ou serventia. A relação das pessoas com a idéia de preservação ainda é muito frágil, apesar de alguns avanços nos últimos anos.

Pensando esse problema, identificamos que nas aulas de História, ou da antiga disciplina do programa de Estudos Sociais, o uso de documentos não é uma prática nova e, ainda, que nas últimas décadas se expandiu. Esta é uma tendência muito próxima àquela desenvolvida nas ciências naturais, nas quais a questão laboratorial é muito mais aprofundada. Porém, é comum os livros didáticos trazerem exemplos de documentos como “históricos” (cartas famosas, pinturas reconhecidas, fotos de locais renomados), ou seja, a idéia de grandes eventos e pessoas importantes ainda está presente em muitos livros dessa natureza. Por outro lado, alguns apresentam séria reformulação, propondo o uso dos documentos para produção de informação. Esse não é o tema principal de nosso trabalho, apesar de bastante relacionado²¹. O que nos interessa nesse ponto é que, nas aulas de História, onde a valorização dos documentos poderia ser trabalhada, isso não acontece. E, quando acontece, não apresenta muitos exemplos práticos.

Um excelente modo de diminuir o problema da preservação documental seria o direcionamento do ensino de história para a criança, sua família, seu bairro, seu município, já nas primeiras séries escolares. Pode-se realizar um trabalho com os documentos mais próximos da criança, principalmente a documentação pessoal e familiar e orientar a realização de entrevistas com seus vizinhos e parentes. Se a criança entender que há uma relação direta entre ela e alguns documentos, que existem documentos em que podem ser encontradas informações a seu respeito, a respeito de sua família, de seus amigos etc, fica mais fácil, em todas as fases de sua vida, o entendimento da importância dos documentos na produção de conhecimento. Reconhecer na documentação pessoal uma fonte importante para a História,

facilita a percepção da importância de outras fontes. Entendemos que para isso ocorrer satisfatoriamente ainda há muito trabalho, tanto na formação de nossos alunos de história, como na capacitação dos professores (inclusive dos cursos de graduação) e na disponibilidade de material didático. Para tanto, continuamos defendendo a tese de que o trabalho de divulgação de fontes regionais ajudaria nesse processo.

O levantamento e a divulgação de fontes contribui também para minorar os problemas de organização e preservação. Levantamentos são mais comuns, pois verificamos na produção das ciências humanas referências a documentos das mais variadas origens. A divulgação desses documentos, de forma sistemática, torna-se realmente o problema maior. Além de verificarmos a falta de veículos apropriados ou mesmo locais especializados para receberem e divulgarem essas informações, verificamos como essa questão acaba não recebendo muita atenção, pois muitos desses dados são guardados pelos pesquisadores e não é de se duvidar que muitas informações, após se tornarem “arquivo morto”, são descartados numa limpeza doméstica. A criação dos Sistemas de Arquivos Universitários tem apresentado um caminho para diminuir esse problema (ver o caso da Universidade de São Paulo, o SAUSP²²)

A valorização do trabalho de levantamento de documentos possibilitaria a abertura de novos campos de trabalho para pesquisadores, especialmente enquanto iniciação científica, e um trabalho de orientação junto aos detentores desses documentos poderia contribuir para a divulgação da importância da preservação de nossos documentos.

De maneira geral, o levantamento de fontes nas cidades onde não há um arquivo municipal torna-se um difícil desafio para o pesquisador. A própria idéia de arquivo municipal ainda está começando a ser difundida e tem conseguido pouca valorização junto aos organismos públicos. É importante manter presente que a fiscalização das ações do poder público apenas recentemente tem desenvolvido instrumento e atitudes mais efetivas.

Dessa forma, nos deparamos com duas grandes dificuldades no trabalho de ampliação da organização documental dos municípios em geral: primeiro, os próprios pesquisadores normalmente não organizam a documentação encontrada e quando o fazem não divulgam o material sistematizado; segundo, a administração pública no país ainda não vê na organização de arquivos municipais uma prioridade e, além disso, essa atividade ainda é considerada como sendo de responsabilidade dos setores ligados à cultura e não da administração direta.

A administração pública, porém, tem passado por algumas mudanças que contribuem para ampliar o campo do arquivista e do historiador. O processo de municipalização das políticas sociais, somado à lei de responsabilidade fiscal, exige um grande controle de informações nos municípios, conseguido apenas com uma boa organização documental. Novamente, a idéia de criação de arquivos municipais aparece como uma solução para as várias partes envolvidas.

As orientações administrativas também têm defendido a ampliação da participação do usuário para melhorar os serviços e diminuir custos desnecessários, ficando a cargo das

organizações não governamentais e governamentais, em alguns casos, lutarem para a efetivação dessa participação.

O cidadão, para resolver os seus problemas, necessita que eles sejam considerados na sua totalidade e não de forma fragmentada. O pleno funcionamento das políticas sociais, que atenda às necessidades dos usuários, está relacionado à implantação de sistemas de gestão em rede. Esse processo, que é condição fundamental para que o cidadão usufrua uma vida com qualidade, é a interação entre as diversas ações setoriais.

Esse tipo de gestão, própria da era da informação, exige o trato com os dados de forma ampla e integrada. A idéia de cada setor controlar seus documentos está se tornando um grande empecilho para as reformas administrativas e para a constituição de conselhos mais atuantes e efetivos.

A organização dos documentos e a apresentação de um guia – instrumento de pesquisa mais básico, que possui os dados gerais sobre o fundo organizado, como origem dos documentos, características, datas limite, condições, organização, estimativa de quantidade (volume) – é uma excelente possibilidade de convencer os administradores da importância desse tipo de trabalho. Para o pesquisador, o guia é um instrumento valiosíssimo, principalmente para dar continuidade às pesquisas ou trabalhos que aprofundem os instrumentos, desenvolvendo inventários de acordo com suas próprias necessidades ou do poder público.

Na literatura corrente encontramos estudos sobre a arquivologia aplicada aos arquivos municipais. Porém, nos cursos de História pouco se discute sobre essa área, dificultando o acesso dos alunos a esse campo de estudo e de trabalho. A organização documental e disponibilização da informação ainda são tratadas como algo alheio ao historiador. É importante verificarmos, por outro lado, que apesar do crescimento de cursos específicos de Arquivologia, essa área é fundamentalmente interdisciplinar, com a participação da História, do Direito e da Administração, sem contar a própria Ciência da Informação. Felizmente, a necessidade de maior interação entre as áreas tem crescido nos últimos anos, da mesma forma que os estudos sobre metodologia, forçando-nos a enfrentar o problema das fontes na pesquisa, bem como de sua organização.

Os cursos de História ampliando as discussões sobre preservação e a relação do profissional de história com as atividades de Arquivo, Museus e Centros de Documentação, somado com a criação de novos Centros de Documentação e o aumento da publicação de discussões sobre fontes, indicam que estamos iniciando uma mudança nessa situação.²³

No caso do ensino de história, iniciar nossos alunos e orientandos no campo da organização documental pode ampliar a capacidade de identificar a relação do historiador com as fontes e com a necessidade de preservá-las e colocá-las ao alcance da população, acrescentando em sua formação, reflexões sobre cidadania e patrimônio histórico.

Com essas preocupações, organizamos em 2003, na Universidade Estadual de Maringá, o Laboratório de Apoio à Pesquisa Histórica da Infância e da Adolescência (LAPHIA-UEM). O LAPHIA possui como principal objetivo sistematizar informações que facilitem a pesquisa nesse campo, principalmente, na parte relacionada a fontes. Inicialmente, estamos trabalhando em duas frentes: a documentação da Fundação de Desenvolvimento Social de Maringá (FUNDESM) e do Instituto Brasileiro do Café (IBC/GERCA), e a organização de um acervo de fontes orais enfocando a infância ou infâncias, na região de Maringá.

Em 2004, foi firmado um convênio entre a Universidade Estadual de Maringá e a Prefeitura Municipal. Após recebermos o acervo documental para tratamento (a última remessa ocorreu no final de dezembro de 2004) a equipe de trabalho foi treinada e iniciamos a higienização (limpeza) dos documentos (retirada de metais, troca de caixas, limpeza direta com escovas adequadas, acomodação mais adequada dos documentos etc.). Durante esse processo, foi elaborada a primeira descrição.

Essa primeira etapa, além da utilidade óbvia de organização, foi realizada com o objetivo de encaminhar uma relação geral do acervo para a Prefeitura. Atendendo a essa exigência, iniciamos a segunda parte do trabalho, isto é, a revisão das caixas e descrição mais detalhada do acervo.

A elaboração de uma descrição geral realizada rapidamente foi necessária, pois, seguindo a tradição de total falta de um sistema de arquivo, a Prefeitura não tinha conhecimento do que exatamente estava arquivado. É importante deixar claro que esse procedimento foi possível, principalmente pelo tamanho do acervo, em torno de 400 caixas.

Tendo cumprido o compromisso da primeira “listagem”, iniciamos a nova fase que deverá ser desenvolvida por longo tempo, ou seja, a descrição detalhada. Como podemos perceber no exemplo da lista abaixo, partindo dos dados levantados na primeira fase, cada caixa é retomada e os dados complementados.

LISTA COMENTADA

CX	Data limite	Documento	Descrição
01	Fev/nov-2002	Projeto da Rua para a Escola – avaliações mensais.	Avaliações feitas pelo Núcleo Social Papa João XXIII, contendo informações como município, nº de famílias, nº de adolescentes, demonstrativo de encaminhamentos, reuniões com as famílias do projeto, mudanças e alterações de famílias e parecer do Escritório Regional.
01	2002-2003	Projeto Da Rua para a Escola – lista e	Lista classificada conforme os bairros: contém nome do responsável pela retirada da cesta e também sua

		autorização para retirada de cestas básicas.	assinatura. Autorização: contém nome do responsável, data e seu endereço.
01	Abril/2002	Projeto Da Rua para a Escola – ofício.	Ofício de convite aos coordenadores do projeto para reunião, nº 028/02 de abril de 2002.
01	Nov-2002	Projeto Da Rua para a Escola – notas fiscais.	Notas fiscais de compras de gêneros alimentícios: CEASA, sendo um total de quatro notas, todas de novembro de 2002.
01	Maio/1999	Projeto Karatê Piá no Esporte – projeto.	Projeto elaborado em maio de 1999 pela Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família – governo do Paraná. Visa uma ação articulada entre prefeituras municipais e entidades assistenciais no atendimento de crianças e adolescentes.

O contato com os documentos e a comparação das listas com as caixas vão proporcionando uma experiência muito importante. Os termos utilizados no início da descrição não correspondiam satisfatoriamente com o conjunto de documentos ou mesmo com alguns documentos específicos. Desse modo, o conhecimento do funcionamento e da estrutura do órgão que gerou essa documentação torna-se o elemento essencial para o refinamento dos descritores.

LISTA REFORMULADA COM ADEQUAÇÃO DOS DESCRITORES

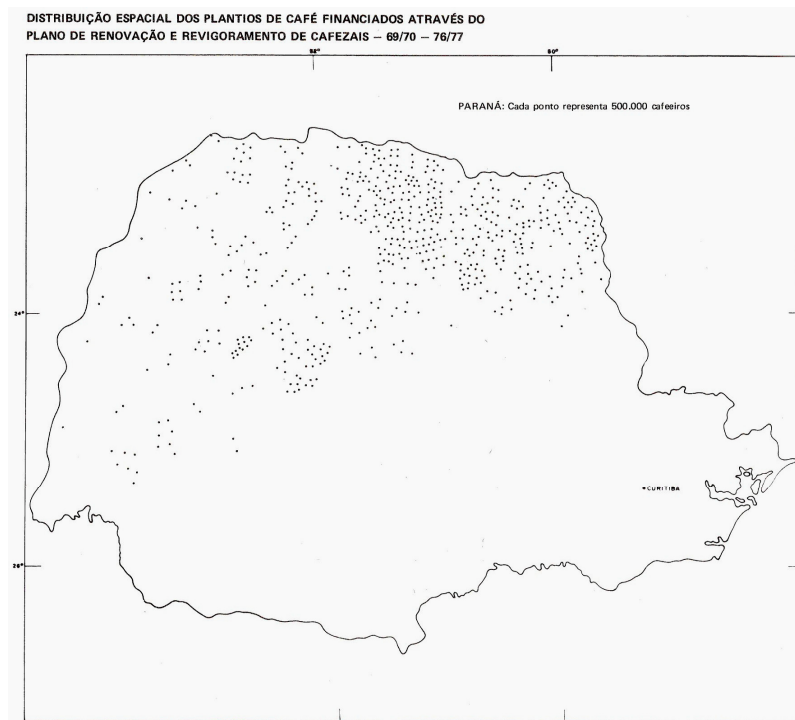
CX	ENTIDADE	DOCUMENTO	DATA
82	Asilo São Vicente de Paulo	Estatuto do Asilo São Vicente de Paulo – da denominação, sede e fins.	1984
133	Asilo São Vicente de Paulo	Estatuto do Asilo São Vicente de Paulo – da denominação, sede e fins. Obs: são duas cópias do mesmo estatuto.	1984
319	Asilo São Vicente de Paulo	Estatuto do Asilo São Vicente de Paulo – da denominação, sede e fins.	1996
139	Associação Branca Vieira	Estatuto da Associação Branca Vieira – da natureza, fins e duração.	1982
82	Associação Comunitária Criança Feliz	Estatuto da Associação Comunitária Criança Feliz – da denominação, sede, duração e finalidade.	1977

77	Associação Comunitária Criança Feliz	Eleição e posse – Ata de assembléia geral ordinária da Associação Comunitária Criança Feliz, para eleição e posse da nova Diretoria para o exercício de 1988.	1987
77	Associação Comunitária Criança Feliz	Eleição e posse – Ata de assembléia geral ordinária da Associação Comunitária Criança Feliz, para eleição e posse da nova Diretoria para o exercício de 1989.	1989

A descrição inicial desses documentos permite disponibilizar informações que auxiliarão, tanto pesquisadores como a Secretaria da Assistência Social e Cidadania do município de Maringá, pois é comum, atualmente, a necessidade de relatórios e fundamentações históricas para projetos de financiamento.

O segundo fundo que está sob nossa responsabilidade nesse momento é o Fundo **IBC/GERCA** (Instituto Brasileiro do Café/Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura) – Paraná.

Esse fundo pertence ao Centro Paranaense de Documentação e Pesquisa desde o encerramento das atividades do IBC na cidade de Maringá. Parte da estrutura física do escritório e do setor de pesquisa foi cedida para o curso de agronomia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e, posteriormente, outra parte foi para a Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá (COCAMAR). A parte que ficou com a UEM ainda contava com o acervo documental dos escritórios regionais de Maringá e de Londrina, (responsáveis por todo o estado do Paraná). No mapa abaixo, podemos verificar toda a área de atuação do IBC/GERCA registrados nesse acervo documental.



Fonte: PLANTIOS DE CAFÉ POR MUNICÍPIOS, MIC/IBC/GERCA, 1978. p. 82.

No caso do Instituto Brasileiro do Café, foi possível, por meio deste trabalho descritivo, ter acesso a diferentes documentos de uma mesma instituição. Trata-se de laudos técnicos, cadastros, planos agrônômicos, projetos para implantação de café, entre outros. O primeiro passo de reconhecimento deste material consiste em um levantamento por meio do qual são identificados os documentos mais comuns e recolhidas as informações básicas, como cidades, datas e o número da caixa arquivo na qual estão armazenados. Neste caso específico, o trabalho, após descrição de aproximadamente 80 caixas – de um total aproximado de 380 caixas – pode ser feito por amostragem, pois apesar da grande quantidade, a incidência dos mesmos tipos de documentos nos dossiês era constante, verificando-se assim as regiões e as datas.

Os documentos foram produzidos com a finalidade de financiamento de diferentes atividades relacionadas à produção cafeeira. São dossiês abertos com o nome do proprietário, propriedade e tipo de financiamento (mudas, viveiro, receita etc). Tendo essa característica, o processo de descrição pode ser feito em fases, até conseguirmos descrever todos os dossiês. Estamos finalizando a revisão das datas limite, das regiões e tipos de financiamentos, o que nos permitirá disponibilizar as informações básicas desse Fundo à comunidade.

Outro ponto importante do Fundo é que a parte relacionada com a formação dos produtores rurais e diretamente com pesquisa (filmes, apostilas, recursos audiovisuais) está sob a responsabilidade do Programa de Pós-graduação em Agronomia da UEM. Um material relevante que está nesse grupo é o conjunto de fotos aéreas do Paraná produzidas nos anos

de 1965, 1970 e 1972. Esse material deverá integrar a documentação que está com o LAPHIA, no próximo ano, em espaço físico adequado.

A terceira frente de trabalho do LAPHIA é a organização de um acervo oral. Esse trabalho está sendo realizado em dois projetos. Um com o material existente na Prefeitura Municipal de Maringá e outro com a produção de entrevistas pela equipe do Laboratório.

Estabelecemos uma parceria com a Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Maringá para digitalizar o acervo oral da Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural, com aproximadamente trezentas horas de entrevistas com pessoas que chegaram na região entre 1930 e 1960. Com esse material, pretendemos elaborar um instrumento de pesquisa direcionado a estudos sobre a infância e a juventude em Maringá. Além disso, com base nas entrevistas pretendemos analisar a relação rural/urbano na formação da cidade, principalmente o impacto da crise do café no final da década de 1970.

Nas entrevistas da divisão de patrimônio a infância está quase ausente nos relatos, como se não houvesse espaço para ela. Ou melhor, as pessoas não tinham tempo para brincar, para ser criança. Essa questão é importante, pois podemos perceber duas visões do mesmo fenômeno. Percebemos na fala dos depoentes (as “crianças” do período analisado) que brincar poderia acontecer em situações estranhas para os adultos. Durante o trabalho, uma tarefa que com algumas modificações era transformada na brincadeira da turma. Ir para a escola, poderia não ser o mais cativante, mas ficava divertido nas caminhadas, passar pelo pasto, provocar as vacas, sendo uma brincadeira para as crianças que para os adultos nunca existiu.

As entrevistas analisadas até o momento (130) confirmam a forte condução das entrevistas para um depoimento focado nas décadas de 1940-1960. Essa prática está de acordo com o projeto original da Divisão de Patrimônio que objetivava produzir um acervo oral da chegada e fixação do Pioneiro em Maringá. Por outro lado, como o depoimento é a lembrança trabalhada também pelo presente, como elas foram realizadas entre 1985-1990, em vários momentos outras questões mais recentes surgem, como impressões, pequenas análises, comparações. Entramos em contato com períodos diferentes nessas narrativas. Além disso, outros temas, inclusive mais relacionados com a questão da infância vão surgindo, como o processo de implantação do ensino municipal e estadual na cidade, as doenças e as mortes dos filhos, as dificuldades e o silêncio quanto a brincadeiras e diversão. Outras entrevistas com pessoas envolvidas diretamente com a educação formal na cidade e região trazem muitas informações, tanto de professoras, secretários, como pessoas envolvidas nesse processo para conseguir melhores condições para seus filhos.

Buscando uma base mais sólida para discutir o impacto da urbanização nas crianças da época analisada, estamos produzindo novas entrevistas, que permitam pesquisar a vida das pessoas entre 0 e 20 anos (criança e jovem) na formação da cidade e região de Maringá

(Paiçandu, Sarandi, Marialva, Dr. Camargo, Iguaraçu, Angulo, Mandaguaçu, Ivatuba, Astorga). Os depoentes são inúmeros, são pessoas que moraram em Maringá ou região nas décadas de 1970-1980 e que possuíam até 20 anos nesse período. Com o apoio do PCA e do LAPHIA, estamos produzindo e organizando esse material oral.

Para orientar as entrevistas, elaboramos um roteiro amplo que permite ao depoente um contato com o contexto do período de sua infância para, então, entrarmos em questões específicas. Essa decisão foi tomada visando produzir um material que possa ser relacionado com as entrevistas da Prefeitura ajudando as pesquisas do desenvolvimento dessa região. O roteiro:

- Como era a vida em Maringá (ou cidade vizinha)? Mata , animais, insetos, água, comida, transporte, energia elétrica, casa...relação com vizinhos, visitantes, colaboração nos trabalhos, festas...
- Como eram adquiridos os produtos necessários? remédios, alimentos, roupas, brinquedos, móveis...
- Como a família era sustentada? trabalho, produção agropecuária, trocas, vendas...
- Como era a relação entre a vida rural e a vida urbana (campo - cidade)? distância, contato direto, interesse de ir para a cidade, interesse de ter terras para produção... Como era a idéia (imagem) - o que representava - a cidade de Maringá para a Região?
- Como era vida da criança? brincadeiras, brinquedos, onde brincavam, quando brincavam, trabalhavam desde que idade, o que faziam, quem cuidava das crianças (e quando faltava alguém para cuidar)...
- Como era a escola? quem estudava, com quantos anos até que idade, como as crianças iam para a escola, como era o estudo, quais eram os materiais, quantas crianças brincavam na escola e no caminho...
- Como era quando a criança adoecia? médico, benzedeira, remédio caseiro, farmácia, doenças...
- Como era no final de semana e feriados?
- Na fase da adolescência, como era a vida? escola, trabalho, amigos (muitos jovens perto?), casamento, festas, igreja, esporte, lazer...

A nossa prioridade até o ano de 2007 é o acervo da Prefeitura de Maringá, por isso, não temos coletado muitos novos depoimentos, atingindo até o momento 18 entrevistas que estão sendo tratadas.

Acreditamos ter contribuído na discussão da importância de ampliação das pesquisas regionais. Para os cursos de História, a contribuição na formação dos alunos é visível. A participação dos acadêmicos em todas as fases de tratamento dos acervos documentais, de descrição, organização e produção de instrumentos de pesquisa, permite uma formação mais sólida no trato com fontes, implicando desde uma melhoria da formação na parte técnica e

metodológica, como na sua formação enquanto pessoa. Outro fator importante desses laboratórios, centros de documentação ou centros de pesquisa está na ampliação do campo de trabalho do historiador.²⁴

O impacto dessas atividades nas regiões fora dos grandes centros é muito lento, apesar de sua importância. Além do mercado de trabalho, contribui para que as universidades realizem seu papel extencionista na comunidade regional, proporcionando maior acesso da população às informações, tanto da administração pública vigente quanto de sua história e memória, contribuindo para a melhoria de qualidade de vida com maior participação da população por meio de um pleno acesso às informações públicas.

Notas:

* Ailton José Morelli é Doutorando, Docente do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá e membro da equipe do Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente – PCA/UEM

** Verônica Regina Muller é Professora Doutora do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá e membro da equipe do Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente – PCA/UEM

¹ GOMIDE, Paula. *O menor infrator: a caminho de um novo tempo*. Curitiba: Juruá, 1990. GUIRADO, Marlene. *A criança e a FEBEM*. São Paulo: Perspectiva, 1980. GUIRADO, Marlene. *Instituição e relações afetivas*. São Paulo: Summus, 1986. KOSMINSKY, Ethel Volfzon. *A infância assistida*. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em Antropologia), USP, 1992. SADER, Emir et al.. *Fogo no pavilhão*. São Paulo: Bronteaux, 1987. CAMPOS, Angela Valadares D. de S. *O menor institucionalizado: Um desafio para a sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1984.

² YASLLE, Elisabeth G. *Expectativas do professor: um estudo sobre um programa de treinamento aplicado a professores de alunos provenientes de orfanato*. São Paulo, 1980. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar), PUC/SP, 1980.

³ CAMPOS, Angela Valadares D. de S. *O menor institucionalizado: Um desafio para a sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1984.

⁴ RIBEIRO, Ivete; BARBOSA, Maria de Lourdes V. A. *Menor e sociedade brasileira: análises, programas institucionais e experiências*. São Paulo: Loyola, 1987. PASSETI, Edson. *Política Nacional do Bem-Estar do Menor*. São Paulo, 1982. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, USP. ADORNO, Sérgio. A experiência precoce do da punição. In MARTINS, José de Souza (coord.) *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 181-208.

⁵ RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. "Menores" institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisas nas décadas de 80. In FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben (org.). *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo: Cortez, 1991. p. 69-90.

⁶ RIZZINI, Irene. *Levantamento bibliográfico da produção científica sobre a infância pobre no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. USU, 1989.

⁷ *Casa grande e senzala e Sobrados e mocambos* de Gilberto Freyre, *Vida e morte do bandeirante* de Alcântara Machado e *Populações meridionais do Brasil* de Oliveira Viana. Essas obras são analisadas, por exemplo, em: SAMARA, Eni M. Tendências atuais da História da família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M. de (org.). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRJ, 1987. p. 25-36. SAMARA, Eni M. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989. COSTA, Jurandir F. *Ordem médica e norma familiar*. 3 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1989.

⁸ MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599? - 1884)*. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1976.

⁹ MOURA, Esmeralda B. Bolsonaro de. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes, 1982. MOURA, Esmeralda B. Bolsonaro de. *Infância*

- operária e acidente do trabalho em São Paulo. In DEL PRIORE, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1991. p. 112-128.
- ¹⁰ *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.9 n. 17, set.88/fev.89. , *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999
- ¹¹ DEL PRIORE, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1991. DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2000.
- ¹² FREITAS, Marcos Cezar (org.) *História Social da infância no Brasil*. São Paulo:Cortez, 1997.
- ¹³ MORELLI, Ailton J. *A criança, o menor e a lei: uma discussão em torno do atendimento infantil e da noção de inimizabilidade*. Assis, 1996. Dissertação de Mestrado em História - UNESP. MORELLI, Ailton J. A inimputabilidade e a impunidade em São Paulo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 19, n. 37, p. 125-156, 1999. MÜLLER, Verônica R., MORELLI, Ailton J. (org). *Crianças e adolescentes: a arte de sobreviver*. Maringá: EDUEM, 2002. MÜLLER, Verônica R., RODRIGUES, Patrícia C. *Reflexões de quem navega na educação social*. Maringá: Clichetec, 2002.
- ¹⁴ - Por exemplo: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.) *A infância e a educação (1820- 1950): materiais, práticas e representações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. Um trabalho do Grupo de Trabalho para a História da Infância e dos Materiais Educativos e Lúdicos, em parceria da Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade de Lisboa.
- ¹⁵ PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. AS crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. (Coord.) *As crianças: contextos e identidades*. Braga (Portugal): Universidade do Minho/Abel Antonio Bezerra, 1997. p. 10
- ¹⁶ MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ¹⁷ SAMARA, Eni M. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989. 29
- ¹⁸ FREITAS, M.C. Op. cit., p. 9
- ¹⁹ GUSMÃO, Emery Marques. Arquivos escolares, memória e cultura. *Patrimônio e memória*, UNESP-FCLAS-CEDAP, V.1,n.1, 2005.
- ²⁰ CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In SILVA, Zélia Lopes da (org.) *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: FAPESP/UNESP, 1999. p. 57.
- ²¹ SCHMIDT, Maria Auxiliaora, CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004. FONECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História*. Campinas (SP): Papyrus, 2003.
- ²² www.usp.br/sausp
- ²³ CAMARGO, C.R. Op. cit., p. 50.
- ²⁴ Idem.